



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 14751.000565/2009-55

Recurso nº Voluntário

Acórdão nº 1302-001.468 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 30 de julho de 2014

Matéria OMISSÃO DE RECEITAS

Recorrente SIMPLESTEC INFORMÁTICA LTDA

Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercício: 2006, 2007

TRIBUTO NÃO INDICADO EM MPF. CERCEAMENTO DE DEFESA.
NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO.

Verificada a ocorrência de fato gerador de obrigação tributária, é dever da autoridade fiscal realizar o devido lançamento, conforme art. 142, do CTN.

Não ocorre cerceamento de defesa quando, após o término da fiscalização, a autoridade fiscal efetuar lançamento de tributo não especificado em MPF, desde que se relate com os fatos observados.

BASE DE CÁLCULO, IRPJ E CSLL. LUCRO PRESUMIDO.

Não se aplica o disposto no art. 7º da Lei n.º 9.718/98 e art. 10 da Lei n.º 10.833/2003 ao cálculo da base de cálculo de IRPJ e CSLL.

COMPENSAÇÃO. IRRF. NÃO COMPROVAÇÃO.

Para que se proceda à compensação de Imposto de Renda Retido na Fonte é necessária prova hábil da retenção.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto proferidos pelo Relator.

(assinado digitalmente)

ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR - Presidente.

(assinado digitalmente)

MARCIO RODRIGO FRIZZO - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR (Presidente), EDUARDO DE ANDRADE, MARCIO RODRIGO FRIZZO, WALDIR VEIGA ROCHA, GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA. Ausente o Conselheiro HELIO EDUARDO DE PAIVA ARAÚJO

Relatório

Trata-se de recurso voluntário.

Na origem foi lavrado auto de infração em razão da suposta omissão de receitas por parte da recorrente, fato que motivou a constituição do IRPJ (R\$ 4.888.734,51) e CSLL (R\$ 1.794.179,19) (fl. 03/26).

Em resumo, o AFRFB convenceu-se pela ocorrência dos seguintes fatos, consoante narra o Termo de Verificação Fiscal (fls. 142/149):

- i) Que foi constatado, através de consultas aos sistemas internos da Receita Federal, que os valores efetivamente realizados pelo contribuinte e declarados em DIPJ, a título de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), divergiam daqueles declarados em DCTF.
- ii) Que, então, a recorrente foi intimada através do Termo de Início de Ação Fiscal (fls. 27/28), em 20/01/2009, para apresentar sua documentação contábil e fiscal. A recorrente atendeu à intimação, apresentando os documentos exigidos pelo Fisco (fl. 29/56-71/100-121/141);
- iii) Que o principal objeto social da recorrente é a prestação de serviços, sendo que sua opção é pelo regime de tributação através do lucro presumido;
- iv) Que segundo o art. 518, §1º, II, 'a', do RIR/99, para o caso de empresas prestadoras de serviços em geral, a apuração da base de cálculo do IRPJ é determinada pela aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta auferida no período. As exceções legais não se aplicariam ao caso;
- v) No mesmo sentido, com fulcro na Lei n.º 10.684/03, art. 22, aplica-se o percentual de 32% sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo da CSLL;
- vi) Que, com base nos Balancetes de Verificação apresentados, os quais devem espelhar o resultado bruto obtido, elaborou-se os demonstrativos denominados de Composição de Base de Cálculo – Apuração Sintética – 2006 e 2007 (fls. 57/58), nos quais constam detalhados mensalmente os resultados do faturamento da recorrente nos períodos. Observou que para a apuração do lucro presumido considerou a base trimestral;
- vii) Que, encontrada a base de cálculo dos tributos (IRPJ e CSLL), aplicou as alíquotas legais correspondentes para determinar o valor da obrigação tributária devida pela recorrente, como detalhou nas planilhas de fls. 60/62;
- viii) Que, portanto, encontrou-se diferenças entre os valores declarados/recolhidos e os valores apurados através da escrituração contábil da recorrente, conforme planilhas (fls. 60/62), realizando o lançamento de

ofício destas, nos termos do art. 841 e art. 845, ambos do RIR/99, por falta ou insuficiência de recolhimento dos impostos (IRPJ e CSLL).

Encerrada a fiscalização, a recorrente teve ciência do auto de infração em 01/04/2009 (fls. 06; 17). Na sequência, apresentou impugnação em 04/05/2009 (fl. 156/160), a qual foi julgada totalmente improcedente, nos termos da ementa do acórdão proferido pela Delegacia da Receita Federal de Julgamentos (DRJ) que adiante segue transcrita (fl. 238/243):

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2006,2007

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA

Não há falar em cerceamento de defesa durante a ação fiscal, posto que se trata de fase pré-processual em que se verifica o cumprimento das obrigações tributárias e, se for o caso, efeta-se o lançamento do tributo devido.

RETENÇÃO NA FONTE. COMPROVAÇÃO.

O imposto de renda retido na fonte sobre quaisquer rendimentos somente poderá ser compensado se o contribuinte possuir comprovante hábil de retenção em seu nome e desde que seja comprovada a inclusão das receitas correspondentes no cômputo do lucro apurado.

Impugnação Improcedente.

Crédito Tributário Mantido.

Intimada da decisão suprareferida em 28/03/2011 (fl. 247), a recorrente apresentou, então, recurso voluntário em 27/04/2011 (fl. 249/252), no qual ventila as seguintes razões, em resumo:

- i) Que houve cerceamento do seu direito de defesa, pela falta de menção à fiscalização da CSLL no MPF que deu origem ao Termo de Início de Ação Fiscal, violando o art. 7º, §1º, da Portaria SRF n.º 6.087/05. Requer a nulidade do auto de infração com fulcro no art. 59, II, do Dec. n.º 7.235/72 e entendimento deste Conselho (Acórdão 101-94116);
- ii) Que houve incorreção na apuração da base de cálculo dos tributos (IRPJ e CSLL), vez que não teria sido observado o disposto no art. 7º da Lei n.º 9.718, c/c art. 10 da Lei n.º 10.833/2003, aplicáveis ao presente caso. Os preceitos legais em questão versam sobre o PIS/COFINS e a possibilidade de seu pagamento diferido;
- iii) Que conforme Demonstrativo de Base de Cálculo e Apuração Tributária (fls. 196) e Lista de Saldos Contábeis (fls. 197/221) é correta a apuração constante nos registros contábeis da recorrente, pelo que, acaso não seja declarada a nulidade do auto de infração, requer a alteração da base de cálculo do tributo, conforme os valores de serviços prestados foram efetivamente recebidos;

iv) Por fim, alegou que não foram realizadas as devidas compensações dos tributos retidos na fonte, conforme Demonstrativo (fls. 222) e Razão Contábil (fls. 223 e seguintes).

É o relatório.

CÓPIA

Voto

Conselheiro Marcio Rodrigo Frizzo.

O recurso voluntário apresentado é tempestivo e apresenta todos os requisitos de admissibilidade, então dele conheço.

1. Do Cerceamento de Defesa

Alega a recorrente que houve cerceamento ao seu direito constitucional de defesa, já que o MPF (Mandado de Procedimento Fiscal) autorizador do início da Ação Fiscal não fazia, especificamente, menção à CSLL, constando dela apenas a possibilidade de verificação de não pagamento de IRPJ.

Não assiste razão à recorrente, vez que o MPF é ato administrativo emitido por autoridade competente para que seja dado início à fiscalização e à verificação de ocorrências que possam gerar obrigações tributárias.

Neste sentido, a Súmula n.º 46 do CARF apresenta a possibilidade de o Fisco realizar o lançamento de tributo sem a prévia intimação do contribuinte, desde que possua os elementos suficientes para a constituição do crédito tributário, o que aconteceu no caso presente, como se destaca:

Súmula CARF nº 46: O lançamento de ofício pode ser realizado sem prévia intimação ao sujeito passivo, nos casos em que o Fisco dispuser de elementos suficientes à constituição do crédito tributário.

Outrossim, em tendo o AFRFB verificado a ocorrência de fatos que permitam a realização do lançamento de ofício de mais de um tributo, não pode ele, tendo em vista a obrigação inerente ao cargo, deixar de proceder o lançamento.

O art. 142, *caput* e p. único, do CTN, prevê a responsabilidade da autoridade fiscal, senão vejamos:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Agiu o AFRFB dentro dos parâmetros da legalidade, não havendo, portanto, nulidade. Além disso, os lançamentos, tanto de IRPJ quanto de CSLL, atenderam aos requisitos do art. 10 do Decreto n.º 70.235/72, estando regular nos termos legais.

Assim sendo, não há que se falar em nulidade do processo administrativo e cerceamento de defesa em razão de lançamento de tributo não especificado no MPF mas oriundo dos fatos verificados durante o procedimento fiscal.

2. Da Apuração da Base de Cálculo

Alega, ainda, a recorrente, que a verificação da base de cálculo do IRPF e da CSLL foram indevidas, pois ela se valeria das prerrogativas do art. 7º da Lei n.º 9.718/98, c/c art. 10, II, da Lei n.º 10.833/2003, *in albis*:

Lei n.º 9.718

Art. 7º No caso de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, o pagamento das contribuições de que trata o art. 2º desta Lei poderá ser diferido, pelo contratado, até a data do recebimento do preço.

Parágrafo único. A utilização do tratamento tributário previsto no caput deste artigo é facultada ao subempreiteiro ou subcontratado, na hipótese de subcontratação parcial ou total da empreitada ou do fornecimento.

Lei n.º 10.833/2003

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:

(...)

II - as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;

Inacabível, no entanto, a aplicação de tais dispositivos, vez que são referentes às contribuições destinadas à PIS/PASEP e da COFINS, e não IRPJ ou CSLL.

No caso, a recorrente é optante do regime de apuração da base de cálculo de IRPJ pelo lucro presumido, tendo a sistemática adotada no caso específico sido plenamente demonstrada nos próprios autos (fls. 145/146), e, por estar em acordo com a legislação pertinente ao assunto, não há que se falar em alteração da base de cálculo no caso presente.

3. Das Compensações

Não há, também, que se falar em compensação de valores que teriam sido retidos na fonte, a título de Imposto de Renda, vez que não houve, nos autos, prova de sua efetiva ocorrência.

Os documentos apresentados pela recorrente – demonstrativo (fls. 222) e Livro Razão (fls. 223 e seguintes), sem os documentos hábeis e idôneos que os respaldam – não são suficientes para comprovar a retenção, ressaltando-se que a comprovação pura e simples de tal ato já seria suficiente para a compensação de tais valores.

Incide na espécie a Súmula n.º 80 do CARF, que determina a possibilidade de dedução de Imposto de Renda retido na fonte quando efetivada a sua comprovação, o que não ocorreu no caso presente.

Súmula CARF nº 80: Na apuração do IRPJ, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor do imposto de renda retido na fonte, desde que comprovada a retenção e o cômputo das receitas correspondentes na base de cálculo do imposto.

A recorrente limitou-se a juntar apenas documentos contábeis e outros documentos por ela mesmo confeccionados, os quais não são suficientes para que se forme convicção favorável.

Verifica-se que grande parte dos clientes da empresa recorrente é formada por pessoas jurídicas de direito público, do que decorre seria mais fácil a obtenção de documentos hábeis a comprovar eventual retenção, o que acabou não sendo feito.

Assim sendo, não há como se falar em compensação de valores retidos na fonte.

4. Da Conclusão

Ante ao exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário interposto, para manter os créditos tributários lançados a título de IRPJ e CSLL, bem como manter a multa de ofício oriunda dos mesmos, nos termos do relatório e voto.

(assinado digitalmente)

Márcio Rodrigo Frizzo - Relator